

**MUNICÍPIO DE CUPIRA/PE**  
**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO**

**CONTRATO Nº 045/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2024**  
**DISPENSA SEM LICITAÇÃO Nº 011/2024**

Contrato de prestação de serviços que firmam, de um lado, como **CONTRATANTE** o **MUNICÍPIO DE CUPIRA/PE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 10.191.799/0001-02, com sede na rua Desembargador Felismino Guedes, 135, Centro, Cupira/PE, neste ato, representado legalmente pelo seu Prefeito, Sr. **JOSÉ MARIA LEITE DE MACEDO**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF/MF nº 024.235.964-72 e da CI nº 571.568 SSP-PE, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro nº 90, Centro, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com sede na Avenida Etelvino Lins nº 567-A, Centro, Cupira – PE, neste ato representada pela Secretária de Educação, Sr<sup>a</sup>. **JOSEFA MARIA DOS SANTOS**, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF nº 027.122.844.02, portadora da CI nº 5521936, residente na Praça dos Funcionários, nº 31, Centro, Cupira/PE, e de outro lado como **CONTRATADA**, a empresa **C S C DA NOBREGA – ASSESSORIA EDUCACIONAL – EIRELI (INOVAÇÃO – ASSESSORIA, PROJETOS E SERVIÇOS)**, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 19.653.164/0001-46, com sede na Avenida Dr. Claudio José Gueiros Leite, nº 4351, Loja 12 CXPST 118, Bairro/Janga – Paulista – PE, CEP: 53.435-000, fone: (81) 3438-6559, neste ato legalmente representada pela sócia/proprietária a **Sra. CÁTIA SYLENI CARDOSO DA NÓBREGA**, brasileira, solteira, pedagoga, inscrito no CPF/MF: 872.495.374-15, portadora da CI de nº 7.021.203 SDS/PE, residente e domiciliada na Rua Professor Souto Maior, nº 33, Ap 40, BL A, Bairro/Casa Amarela – Recife – PE, CEP: 52.051-240, considerando o **Processo Administrativo nº 020/2024 e Dispensa sem Licitação nº 011/2024**, com arrimo no art. 72 e 75, inciso II da Lei 14.133/2021, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir discriminadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1. Este contrato fundamenta-se no Art. 75, Inciso II, § 3º Da Lei Federal Nº 14.133, 01 de abril de 2021, e suas posteriores alterações, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:87  
249537415

Assinado de  
forma digital por  
CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:872495  
37415

Prefeitura Municipal de Cupira  
Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2. Prestação de serviços em apoio técnico, para auxiliar diretamente os agentes envolvidos na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos e Regimento Unificado de todas as unidades escolares do município de Cupira – PE.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3. Este contrato terá os seguintes prazo:

I – O contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2024.

II – O Contrato pode ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4. O presente contrato, tem como valor global a quantia de **R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)**, discriminado conforme planilha abaixo:

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade Total	Valor unitário	Valor Total
1	<p><b>APOIO TÉCNICO PARA AUXILIAR DIRETAMENTE OS AGENTES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS E REGIMENTO UNIFICADO DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CUPIRA – PE; CONFORME O SEGUINTE</b></p> <p><b>CRONOGRAMA:</b> Elaboração de modelo de Projeto Político Pedagógico que norteie os responsáveis por redigir esta documentação em cada unidade escolar, atendendo as exigências da Gerência Regional de Educação. - PERÍODO PARA REALIZAÇÃO - 1º SEMANA; Elaboração de modelo de Regimento Unificado que norteie os responsáveis por redigir esta documentação em cada unidade escolar, atendendo as exigências da Gerência Regional de Educação. - PERÍODO PARA REALIZAÇÃO - 1º SEMANA; Realização de formação com gestores escolares e coordenadores pedagógicos com finalidade de orientá-los sobre o papel destas documentações para suas respectivas unidades escolares, a necessidade de atualização anual delas, quais agentes devem ser mobilizados, assim como apresentação e</p>	mês	1	R\$ 56.000,00	R\$ 56.000,00

Prefeitura Municipal de Cupira

Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial

Assinado de  
 forma digital por  
 CATIA SYLENI  
 CARDOSO DA  
 NOBREGA:87  
 249537415

CATIA SYLENI  
 CARDOSO DA  
 NOBREGA:87249  
 537415





<p>explicação detalhada do modelo elaborado para norteá-los nesse processo. - PERÍODO PARA REALIZAÇÃO - 2º SEMANA ; Acompanhamento das ações que envolvem a adequação do modelo apresentado por cada unidade escolar por meio de cronograma previamente definido, estando disponível para tirar dúvidas, e cobrando devolutiva dos documentos para correção na data definida. - PERÍODO PARA REALIZAÇÃO - 3º SEMANA; Primeira correção dos Projetos Políticos Pedagógicos elaborados, devolvendo para os ajustes definitivos, caso necessário. - PERÍODO PARA REALIZAÇÃO - 4º SEMANA; Correção definitiva das documentações produzidas, solicitando seu envio para aprovação técnica da Gerência Regional de Educação. - PERÍODO PARA REALIZAÇÃO - 4º SEMANA</p>				
--	--	--	--	--

4.1. Os pagamentos serão efetuados de maneira integral, após execução dos serviços, com vencimento até o 10 (dez) dia do mês subsequente a emissão da respectiva nota fiscal e/ou fatura atestada pela CONTRATANTE.

4.2. Havendo erro na fatura e/ou Nota Fiscal emitida, poderá a CONTRATANTE exigir do CONTRATADO as devidas correções, contando-se novo prazo para pagamento a partir da reapresentação dos documentos retificados.

4.3. Os preços também poderão ser corrigidos em caso de atraso nos pagamentos, na forma da lei pelo período que durar o contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5. As despesas decorrentes deste contrato serão custeadas através das seguintes rubricas orçamentárias:

**2 – Prefeitura Municipal de Cupira**

**20 – Poder Executivo;**

**2013 – Fundeb Fundo Nacional de Educação Básica;**

**12.361.1211 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;**

**12.361.1211.2102.0000 – Gestão Administração do Fundeb 30%;**

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6. Os serviços serão executados no prazo de quatro semanas, contados a parti da data de emissão da ordem de serviço, devendo seguir as seguintes etapas:

CATIA SYLENI  
CARDOSO  
DA  
NOBREGA:87  
249537415

Assinado de  
forma digital por  
CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:87249  
537415

Prefeitura Municipal de Cupira

Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial



6.1. REALIZAÇÃO - 1º SEMANA; Elaboração de modelo de Regimento Unificado que norteie os responsáveis por redigir esta documentação em cada unidade escolar, atendendo as exigências da Gerência Regional de Educação. Realização de formação com gestores escolares e coordenadores pedagógicos com finalidade de orientá-los sobre o papel destas documentações para suas respectivas unidades escolares, a necessidade de atualização anual delas, quais agentes devem ser mobilizados, assim como apresentação e explicação detalhada do modelo elaborado para norteá-los nesse processo.

6.1.2. REALIZAÇÃO - 2º SEMANA ; Acompanhamento das ações que envolvem a adequação do modelo apresentado por cada unidade escolar por meio de cronograma previamente definido, estando disponível para tirar dúvidas, e cobrando devolutiva dos documentos para correção na data definida.

6.1.3. REALIZAÇÃO - 3º SEMANA; Primeira correção dos Projetos Políticos Pedagógicos elaborados, devolvendo para os ajustes definitivos, caso necessário.

6.1.4. REALIZAÇÃO - 4º SEMANA; Correção definitiva das documentações produzidas, solicitando seu envio para aprovação técnica da Gerência Regional de Educação.

§ 1º A CONTRATADA deve entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação, após a assinatura deste contrato para que, juntas, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.

§ 2º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§ 3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§ 4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

§ 5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

Prefeitura Municipal de Cupira

Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial

CATIA SYLENI  
CARDOSO DA NOBREGA:872  
49537415

Assinado de  
forma digital por  
CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:87249  
537415

6.2. A CONTRATADA não poderá ceder, transferir, dar em garantia a qualquer título, no todo ou em parte, o presente contrato e/ou os créditos de qualquer natureza dele decorrentes, salvo autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE, ou nos casos em que os cessionários seja empresa controlada ou detentora de participação acionária da mesma.

6.1.1. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a CONTRATANTE opõe ao cessionário dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos ao cessionário estarão condicionados ao preenchimento pelo cedente de todas as obrigações contratuais.

6.1.2. A ocorrência do quanto previsto na presente cláusula, devidamente autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

7. O CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores;

7.1. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

7.2. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

7.3. Providenciar os pagamentos à CONTRATADA à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

### **CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

8. A Contratada se compromete a:

8.1. Efetuar os serviços no local indicado pela Educação, em estrita observância das especificações constantes no processo administrativo nº 020/2024, dispensa sem licitação nº 011/2024;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com a legislação civil vigente, referente a responsabilidade pelo fato do serviço/vício;

8.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, imediatamente dos serviços com defeitos;

8.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto deste contrato;

Prefeitura Municipal de Cupira

Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial

CATIA SYLENI  
CARDOSO DA NOBREGA:87  
249537415  
Assinado de  
forma digital por  
CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:872495  
37415

8.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento no prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa eletrônica;

8.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

8.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **CLÁUSULA NONA – DO INADIMPLEMENTO**

9. O inadimplemento das obrigações previstas no presente contrato, ou a ocorrência de qualquer das situações descritas no artigo 117 da Lei 14133/2021 e suas alterações, será comunicada pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com aviso de recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 24h (vinte e quatro horas).

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

10. O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais. Sendo para esse contrato determinado como fiscal a servidora pública a Sr<sup>a</sup>. **Maria Neide Torres Soares**, CPF: 020.850.574-11.

§ 2º São competências do Fiscal Técnico:

I - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos serviços prestados;

II - verificar se a prestação de serviços está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;

III - acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e

IV- indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

### **Prefeitura Municipal de Cupira**

Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial

CATIA SYLENI  
CARDOSO DA NOBREGA:872  
49537415

Assinado de  
forma digital por  
CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:87249  
537415

§ 3º O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao objeto contratual.

§ 4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

§ 5º A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

§ 6º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

11. O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos na Lei n.º 14.133, 01 de abril de 2021, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

12. Mediante expresse pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano ao contar da data da assinatura do contrato.

§ 1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:

- I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
- II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
- III - do encerramento do contrato.

§ 2º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

Prefeitura Municipal de Cupira

Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial

CATIA SYLENI  
CARDOSO DA NOBREGA:87  
249537415

Assinado de  
forma digital por  
CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:87249  
537415



- 13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
  - 13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 13.1.8. declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 13.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 13.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 13.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
  - 13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 do Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 0,5 % (dois. por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis)

Prefeitura Municipal de **Cupira**

Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial

CATIA SYLENI  
CARDOSO DA NOBREGA:87  
249537415

Assinado de  
forma digital por  
CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:87249  
52715







anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

### **Prefeitura Municipal de Cupira**

Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial

CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:87  
249537415

Assinado de forma  
digital por CATIA  
SYLENI CARDOSO  
DA  
NOBREGA:8724953  
7415



14.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas

§ 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

Prefeitura Municipal de Cupira

Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial

CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:8724  
9537415

Assinado de forma  
digital por CATIA  
SYLENI CARDOSO DA  
NOBREGA:87249537  
415





§ 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**

15. As hipóteses de caso fortuito ou força maior, previstas no art. 393 do Código Civil, serão excludentes de responsabilidade das partes.

15.1 Qualquer suspensão do adimplemento do presente, em decorrência de fatos assinalados nesta cláusula, será limitada ao período durante o qual tal causa ou suas consequências persistirem.

15.2 Ocorrendo circunstância que justifiquem a invocação de caso fortuito ou força maior, a Parte impossibilitada de cumprir a sua obrigação deverá dar imediato conhecimento à outra.

15.3. Se o presente for rescindido por motivo de caso fortuito ou força maior, a CONTRATADA terá direito a receber da CONTRATANTE apenas o valor proporcional ao quanto adimplido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DOCUMENTOS**

16. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE**

17. O extrato do presente contrato será publicado de acordo que estabelece a Lei, Art. 72, “da Lei Federal nº 14.133/2021, no Portal da Transparência e Diário Oficial dos Municípios - AMUPE, cabendo ao CONTRATANTE, enviar ao Controle Interno do Município os dados necessários até o décimo quinto dia do mês subsequente ao da execução orçamentária.

Prefeitura Municipal de Cupira

Rua Desembargador Felismino Guedes, 135 - Centro - Cupira - PE | CEP 55460-000 | CNPJ 10.191.799/0001-02  
www.cupira.pe.gov.br | Facebook/Instagram: CupiraOficial

CATIA SYLENI  
CARDOSO DA  
NOBREGA:872  
49537415

Assinado de forma  
digital por CATIA  
SYLENI CARDOSO  
DA  
NOBREGA:872495  
37415



## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18. A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89 da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

19. Fica eleito o foro da Comarca de Cupira-PE, como competente, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

19.1. E, por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Cupira, 24 de abril de 2024.

MUNICÍPIO DE CUPIRA/PE  
CNPJ sob o nº 10.191.799/0001-02  
Prefeito, **JOSÉ MARIA LEITE DE MACEDO**  
CPF/MF nº 024.235.964-72  
CONTRATANTE

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO  
Secretária: **JOSEFA MARIA DOS SANTOS**  
CPF/MF nº 027.122.844.02  
CONTRATANTE

CATIA SYLENI CARDOSO DA NOBREGA:87249537415  
Assinado de forma digital por CATIA SYLENI CARDOSO DA NOBREGA:87249537415

C S C DA NOBREGA ASSESSORIA EDUCACIONAL EIRELI  
(INOVAÇÃO – ASSESSORIA, PROJETOS E SERVIÇOS)  
CNPJ sob o n.º 19.653.164/0001-46  
**Representante Legal: CÁTIA SYLENI CARDOSO DA NÓBREGA**  
CPF/MF: 872.495.374-15  
CONTRATADA



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 47DC-22DA-3407-DE26

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDINALDO GRIGORIO DOS SANTOS FILHO (CPF 072.XXX.XXX-89) em 03/05/2024 10:26:21 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOSEFA MARIA DOS SANTOS (CPF 027.XXX.XXX-02) em 06/05/2024 11:37:28 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOSE MARIA LEITE DE MACEDO (CPF 024.XXX.XXX-72) em 06/05/2024 11:52:25 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cupira.1doc.com.br/verificacao/47DC-22DA-3407-DE26>